



Av. Senador Virgílio Távora, nº 2500 - Bairro Dionísio Torres, Fortaleza/CE, CEP 60170-192
Telefone: (85) 3304-3200 - http://www.anatel.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 53560.000368/2021-21

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de emissão de apólices de seguro patrimonial para cobertura de danos consequentes de incêndio, raio, vendaval, explosão, danos elétricos, responsabilidade civil, furto qualificado e roubo de bens, quebra de vidros, incluindo a pele de vidros, alagamento e inundações, nas instalações, nos equipamentos eletrônicos e nos bens móveis indispensáveis ao funcionamento da Gerência Regional da Anatel no Estado do Ceará (GR09) e Unidade Operacional da Anatel no Estado do Rio Grande do Norte (UO09.1), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição/especificação	Unidade de Medida	CATSER	Quantidade	Valor Global Máximo (20 meses)
1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de emissão de apólices de seguro patrimonial para cobertura de danos consequentes de incêndio, raio, vendaval, explosão, danos elétricos, responsabilidade civil, furto qualificado e roubo de bens, quebra de vidros, incluindo a pele de vidros, alagamento e inundações, nas instalações, nos equipamentos eletrônicos e nos bens móveis indispensáveis ao funcionamento da Gerência Regional da Anatel no Estado do Ceará (GR09), em Fortaleza-CE. Valor em Risco Declarado (VRD), Limites Máximos de Indenização (LMI) e Franquias dispostos no Termo de Referência, subitem 3.1, Tabelas Referenciais I e II.	serviço	13943	1	R\$ 6.266,79
2	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de emissão de apólices de seguro patrimonial para cobertura de danos consequentes de incêndio, raio, vendaval, explosão, danos elétricos, responsabilidade civil, furto qualificado e roubo de bens, quebra de vidros, incluindo a pele de vidros, alagamento e inundações, nas instalações, nos equipamentos eletrônicos e nos bens móveis indispensáveis ao funcionamento da Unidade Operacional da Anatel no Estado do Rio Grande do Norte (UO09.1), em Natal-RN. Valor em Risco Declarado (VRD), Limites Máximos de Indenização (LMI) e Franquias dispostos no Termo de Referência, subitem 3.1, Tabelas Referenciais I e II.			1	R\$ 2.177,77
Total Geral					R\$ 8.444,56

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de emissão de apólices de seguro patrimonial.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a **Empreitada por Preço Global**.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 20 (vinte) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no art. 57, II, da Lei 8.666/1993.

1.5.1. O contrato decorrente deste processo terá duração de 20 (vinte) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o máximo de 60 (sessenta) meses, desde que haja interesse de ambas as partes.

1.5.2. Não há, na legislação vigente, obrigatoriedade de que o prazo inicial de um contrato continuado seja fixado inicialmente em 12 (doze) meses. Na falta de obrigação legal, pode a administração optar por prazo diverso e a adoção do período de 20 (vinte) meses, passível de prorrogação por iguais períodos até o máximo de 60 (sessenta) meses, é juridicamente possível.

1.5.3. Muitas vezes, o que ocorre é que a renovação dos contratos de execução continuada, como os de limpeza, copeiragem, vigilância, locação de veículos etc. não têm o condão de obter condições mais vantajosas para a administração, vez que as empresas CONTRATADAS por 12 (doze) meses se negam a oferecer melhores preços frente à forte expectativa de renovação do acordo. Isto porque, caso a Administração não renove o contrato, terá sérios problemas para voltar nova licitação em prazo bastante exíguo, recorrendo, via de regra, à dispensa de licitação por emergência (art. 24, IV, da Lei nº 8.666/1993). Conforme se depreende, portanto, o poder público resta com reduzida capacidade de negociação.

1.5.4. Neste diapasão, a interpretação do art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993, que possibilitaria um melhor cumprimento do Princípio da "Supremacia Constitucional", é no sentido de que a contratação de prestações contínuas poderá ser feita por período superior a 1 (um) ano, limitada ao prazo total de 60 (sessenta) meses. Agindo desta forma, a Administração poderia, sem sombra de dúvidas, realizar negócios mais vantajosos, por menores preços, resguardando a um só tempo a continuidade dos serviços públicos, a eficiência administrativa e a economicidade.

1.5.5. O contrato mais longo propicia uma maior diluição dos custos iniciais de contratação, de forma que a proponente pode melhorar sua margem mensal de retorno e repassar à administração um preço mais competitivo, ante uma contratação de 12 (doze) meses. Ora, um maior período inicial permite que a CONTRATADA possa melhor amortizar seus custos iniciais e fazer proposta mais vantajosa. Não obstante, vislumbra-se a possibilidade de uma parceria mais duradoura, com maior estabilidade, que resulta em benefícios econômicos e operacionais para o órgão CONTRATANTE.

1.5.6. Considerando as vantagens operacionais (realizar menos processos de prorrogação e, assim, obter maior eficiência dos recursos humanos da Anatel) e econômicas (possibilidade de redução dos custos mensais devido ao maior prazo para diluir o investimento inicial) para a Anatel e, ainda, considerando que não há óbice legal, optamos pela formalização do contrato com vigência de 20 (vinte) meses.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Gerência Regional da Anatel no Estado do Ceará (GR09), a Unidade Operacional no Estado do Rio Grande do Norte (UO09.1) e a Unidade Operacional da Anatel no Estado do Piauí (UO09.2) têm seu acervo arquitetônico composto de duas edificações independentes, totalizando áreas construídas de:

2.1.1. **GR09-CE:** 2.220 m² de área interna e 1.550 m² de área externa; **3.770 m² de área total;**

2.1.2. **UO09.1-RN:** 1.022 m² de área interna e 1.367 m² de área externa; **2.389 m² de área total.**

2.2. A contratação de empresa especializada no fornecimento de seguro patrimonial para cobertura dos danos consequentes de incêndio, raio, vendaval, explosão, imprecisão, alagamento, inundações, danos elétricos, quebra de vidros e responsabilidade civil, para instalações, equipamentos eletrônicos e bens móveis indispensáveis ao funcionamento dos Edifícios da Anatel em Fortaleza-CE (GR09) e Natal-RN (UO09.1) é necessária para a preservação do patrimônio físico da Agência.

2.3. Tais serviços, que são de natureza contínua, demonstram a permanência da necessidade pública a ser satisfeita, ou seja, permanente, cujo atendimento não exaure prestação semelhante no futuro. Neste sentido, a Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, art. 15, dispõe sobre os serviços prestados de forma contínua:

Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

2.4. O art. 62, § 3º, I, da Lei nº 8.666/1993, delimita o regime jurídico aplicável aos contratos celebrados pelo Poder Público de conteúdo eminentemente privado, neles se inserindo aqueles cujo objeto seja seguro, em face de expressa previsão legal:

Art. 62. (...)

§ 3º Aplica-se o disposto nos arts. 55 e 58 a 61 desta Lei e demais normas gerais, no que couber:

I – aos contratos de seguro, de financiamento, de locação em que o Poder Público seja locatário, e aos demais cujo conteúdo seja regido, predominantemente, por norma de direito privado. (grifo nosso)

2.5. Sobre esse dispositivo, Marçal Justen Filho ensina:

A regra disciplina a hipótese em que a Administração Pública participe dos contratos ditos de direito privado. Tais contratos, no direito privado, apresentam caracteres próprios e não comportam que uma de suas partes exerça as prerrogativas atribuídas pelo regime jurídico de direito público, à Administração. (JUSTEN FILHO, 2010, pág. 761)

2.6. Desse modo, é possível afirmar que os contratos de seguro celebrados pela Administração não podem ser classificados como contratos administrativos propriamente ditos, uma vez que são regidos predominantemente pelas regras do direito privado e pelas condições fixadas pelo órgão regulamentador competente, no caso, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

2.7. E é justamente o fato de o contrato de seguro estar submetido a um regime jurídico próprio e assumir características peculiares do direito privado que permite afastar desses ajustes a disciplina contida no art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993. Explica-se.

2.8. Os contratos de seguro definem estipulações em favor de terceiro, por meio das quais “o segurador se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo a pessoa ou a coisa, contra riscos predeterminados” (art. 757 do Código Civil).

2.9. Assim, nada haveria de similar ou equivalente entre os contratos de seguro e os demais contratos de prestação de serviços ajustados pela Administração que permitisse tomá-los como de mesma espécie ou espécies de um mesmo gênero. Significa dizer que, por esse motivo, tais contratos devem ser avaliados a partir de seu regime jurídico próprio. Na realidade, esses contratos são privados, sendo-lhes aplicadas apenas as normas gerais contidas na Lei de Licitações que sejam compatíveis com o regime jurídico próprio incidente sobre a contratação.

2.10. Então, no que diz respeito à vigência dos contratos de seguro, seria possível afirmar que eles não se submetem à regra inscrita no caput e nos incisos do art. 57 da Lei de Licitações, mas apenas à norma geral fixada pelo art. 57, § 3º, da Lei nº 8.666/1993, segundo o qual “é vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado”. Nesse sentido é o entendimento defendido pela Advocacia-Geral da União, no Parecer nº 06/2015/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU:

- V. O contrato de seguro é um contrato privado, mesmo quando firmado com a Administração Pública, e serão aplicadas normas de direito privado correlatas, mas que deve observar, quando possível, as regras dos artigos 55 e 58 a 61 da Lei 8.666, de 1993, conforme expressamente dispõe o inc. I do § 3º. do art. 62, da mencionada lei.
- VI. Mesmo sendo um contrato privado, não são afastadas as regras legais a respeito da necessidade de licitação e renovação contratual para efetivar a contratação do seguro veicular.
- VII. Por se tratar de uma nova contratação, a autorização legal de renovação atua como verdadeira causa legal de contratação direta sem licitação de contratos de execução de serviços continuados, caso esta seja a forma mais vantajosa para a administração.
- VIII. Como não há uma causa expressa de dispensa de licitação para os contratos de seguro – diferente do caso de locação pela Administração (art. 24, X, Lei 8666) –, o inc. II do art. 57 da LLC funciona como autorização legal de nova contratação direta sem licitação com o atual contratado, devendo ser aplicados os temperamentos próprios aos contratos de direito privado.
- IX. O contrato de seguro preenche os requisitos para configurá-lo como serviço continuado (i) necessidade permanente e contínua da Administração a ser satisfeita com a prestação do serviço; (ii) execução de forma contínua; (iii) de longa duração; e (iv) possibilidade de que o fracionamento em períodos venha a prejudicar a execução do serviço.
- X. Por ser um contrato de direito privado, não se aplica ao contrato de seguro de veículo contratado pela Administração o prazo de renovações do inc. II do art. 57, da Lei de Licitações.

2.11. Essa orientação se coaduna com aquela adotada pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 600/2015, Plenário, no qual se concluiu que o contrato de seguro é um contrato de serviço continuado, devendo ser observado o art. 57, II, da LLC, com a ressalva de que não se aplica, nesse caso, o prazo de 60 (sessenta) meses do referido inciso, por se tratar de contrato de direito privado firmado com a Administração.

2.12. Diante desse contexto, com base na tese adotada pela AGU e pelo TCU, o contrato de seguro comporta solução que pode ser configurada como contínua, de modo que isso admitiria a contratação sucessiva com base no art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993, sem que, contudo, fosse imposto o limite de 60 (sessenta) meses.

2.13. Por fim, é de suma importância frisar que constitui dever do Administrador Público zelar pelos bens colocados à disposição para conservação do interesse público. Nesse diapasão, José dos Santos Carvalho Filho entende que: “Os bens e interesses públicos não pertencem à Administração nem a seus agentes. Cabe-lhes apenas geri-los, conservá-los e por eles velar em prol da coletividade, esta sim a verdadeira titular dos direitos e interesses públicos. O princípio da indisponibilidade enfatiza tal situação. A Administração não tem a livre disposição dos bens e interesses públicos, porque atua em nome de terceiros (...). O princípio parte, afinal, da premissa de que todos os cuidados exigidos para os bens e interesses públicos trazem benefícios para a própria coletividade.”

2.14. Nesse contexto, fundamental a contratação dos serviços de seguro patrimonial, uma vez que, atualmente, a GR09 e UO09.1 não possuem contratos de seguro vigentes.

Benefícios diretos e indiretos que resultarão da contratação

2.15. A contratação possibilitará a cobertura de riscos prevista neste termo, reduzindo as perdas patrimoniais derivadas de sinistros.

2.16. Manterá a Agência em conformidade com o mandamento previsto no art. 20, “g”, do Decreto-Lei nº 73, de 21/11/1966, e art. 18 do Decreto nº 61.867, de 11/12/1967.

2.17. O resultado desta contratação viabilizará a contratação do seguro patrimonial, crucial à efetiva gestão patrimonial da Agência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de emissão de apólice de seguro, com a cobertura dos bens elencados na Tabela Referencial I, abaixo, com limite máximo de garantia a ser contratado na forma de risco relativo. As coberturas adicionais (danos elétricos e demais) deverão ser contratadas por risco absoluto (Tabela Referencial II).

TABELA REFERENCIAL I

VALOR EM RISCO DECLARADO - VRD				
Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel				
Item	Unidade	Descrição dos bens	Área (m²)	VRD
1	Gerência Regional da Anatel no Estado do Ceará Av. Senador Virgílio Távora, 2500, Dionísio Torres, Fortaleza-CE, CEP 60170-192	Salas de Trabalho, incluindo subsolo Relação de imóveis SPIUNET (SEI 6467918)	3.770 m²	R\$ 11.610.000,00
		Conteúdo (Bens Móveis) RMB (SEI 6467918)	-	R\$ 6.318.709,32
		Estoque de material de consumo RMA (SEI 6467918)	-	R\$ 73.594,77
		TOTAL ITEM 1	3.770 m²	R\$ 18.002.304,09
2	Unidade Operacional da Anatel no Estado do Rio Grande do Norte Av. Rodrigues Alves, 1187, Tirol, Natal-RN, CEP 59020-255	Salas de Trabalho, incluindo subsolo Relação de imóveis SPIUNET (SEI 6467918)	2.389 m²	R\$ 2.365.000,00
		Conteúdo (Bens Móveis) RMB (SEI 6467918)	-	R\$ 2.145.430,55
		Estoque de material de consumo RMA (SEI 6467918)	-	-
		TOTAL ITEM 2	2.389 m²	R\$ 4.510.430,55

TABELA REFERENCIAL II

Limites Máximos de Indenização (LMI) e Franquias				
Item	Gerência Regional da Anatel no Estado do Ceará			
	Av. Senador Virgílio Távora, 2500, Dionísio Torres, Fortaleza-CE, CEP 60170-192			
1	Coberturas	Risco	LMI	Franquias
	Incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e queda de aeronave	Relativo	R\$ 18.002.304,09	sem franquias
	Danos elétricos	Absoluto	R\$ 150.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
	Quebra de vidros, inclusive pele de vidro/espelhos/mármore		R\$ 30.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
	Responsabilidade civil		R\$ 100.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
	Vendaval, ciclone, tornado, granizo		R\$ 100.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
	Vazamento de tanques e tubulações		R\$ 150.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
	Alagamento e inundações		R\$ 100.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00

Item	Tumultos, greves, <i>lockouts</i>		R\$ 100.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
	Furto qualificado e roubo de bens		R\$ 50.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
	Unidade Operacional da Anatel no Estado do Rio Grande do Norte Av. Rodrigues Alves, 1187, Tirol, Natal-RN, CEP 59020-255			
2	Coberturas	Risco	LMI	Franquias
	Incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e queda de aeronave	Relativo	R\$ 4.510.430,55	<i>sem franquia</i>
	Danos elétricos	Absoluto	R\$ 100.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
	Quebra de vidros, inclusive pele de vidro/espelhos/mármore		R\$ 20.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
	Responsabilidade civil		R\$ 100.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
	Vendaval, ciclone, tornado, granizo		R\$ 100.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
	Vazamento de tanques e tubulações		R\$ 100.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
	Alagamento e inundações		R\$ 100.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
	Tumultos, greves, <i>lockouts</i>		R\$ 100.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
	Furto qualificado e roubo de bens		R\$ 50.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00

3.2. Para a estimativa do Limite Máximo de Indenização (LMI) das coberturas obrigatórias foi considerado o Valor Total do Risco Declarado (VRD). Por sua vez, o VRD constitui-se do somatório de bens imóveis, móveis e materiais de consumo.

3.3. **UNIDADE DE MEDIDA DO OBJETO**

3.4. A unidade de medida foi definida como serviço.

4. **DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

4.1. Trata-se de serviço comum, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do [Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018](#), não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada:

Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do **caput** poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.2. **Requisitos Gerais**

5.2.1. A contratada deverá oferecer apólice de seguro, com a cobertura dos bens elencados nas Tabelas Referenciais I e II (Item 3), com limite máximo de garantia a ser contratado na forma de risco relativo. As coberturas adicionais deverão ser contratadas por risco absoluto (Tabela Referencial II).

5.2.2. **Da apólice**

5.2.2.1. A emissão da apólice, certificado ou endosso será feita em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data da assinatura do respectivo contrato;

5.2.2.2. Da apólice, deverão constar, além destas condições gerais, das condições especiais e, quando houver, das condições particulares para as coberturas efetivamente contratadas, as seguintes informações:

a) A identificação da seguradora, com o respectivo CNPJ;

b) O número do processo administrativo da Anatel que identifica o plano comercializado;

c) As datas de início e fim de vigência;

d) As coberturas contratadas;

e) O Limite Máximo de Garantia da apólice e o Limite Máximo de Indenização, por cobertura contratada;

f) O valor, à vista, do prêmio e a data limite para o seu pagamento;

g) O nome ou a razão social do segurado;

h) O nome ou a razão social do beneficiário, quando for o caso;

i) A discriminação, por item, dos imóveis cobertos pelo seguro, incluindo instalações e conteúdo (**bens móveis**), cujos valores em riscos constam da Tabela Referencial I (subitem 3.1);

j) A discriminação dos prejuízos indenizáveis e dos direitos do segurado;

k) A informação de que o prazo para as indenizações de eventuais sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, a contar da entrega da documentação completa necessária para esta finalidade.

5.3. **Requisitos Específicos:**

5.3.1. **Dos riscos cobertos**

5.3.1.1. Os móveis, utensílios, mercadorias, máquinas e equipamentos poderão ser remanejados entre as unidades (GR09 e UO09.1) ou suas dependências pela CONTRATANTE, sem qualquer prejuízo ou adicional à cobertura contratada.

5.3.1.2. O Seguro consiste na garantia de pagamento de indenização por danos ou prejuízos e deverá compreender as seguintes coberturas:

a) **Cobertura Básica**, ~~isenta de franquia~~, contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, inclusive as decorrentes de tumultos, greves, *lockouts*;

b) **Coberturas Acessórias** para danos elétricos; quebra de vidros; responsabilidade civil; vendaval, ciclone, tornado, granizo; vazamento de tanques e tubulações; alagamento e inundações; furto qualificado e roubo de bens;

5.3.2. O seguro contra incêndio deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados de incêndio, explosão, mesmo que decorrentes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros ou de tumultos e, ainda, raio e suas consequências.

5.3.3. Se danos múltiplos e/ou sucessivos forem associados a diversos fatos geradores, sem que haja possibilidade de individualizá-los com respeito àqueles danos, numa relação de causa e efeito perfeitamente definida, **o conjunto, formado por todos eles, será interpretado como uma única “ocorrência”**.

5.3.4. Na hipótese de sinistro decorrente de risco simultaneamente amparado por várias coberturas, prevalecerá aquela que for mais favorável à CONTRATANTE, a seu critério, não sendo admitida, em hipótese alguma, a acumulação de coberturas e seus respectivos limites máximos de indenização contratados.

5.3.5. Os eventuais desembolsos efetuados pela CONTRATANTE, decorrentes de despesas de salvamento durante e/ou após a ocorrência do sinistro e os valores referentes aos danos materiais comprovadamente causados pela CONTRATANTE e/ou terceiros com objetivo de evitar o sinistro, minorar o dano, ou salvaguardar o bem, também estão garantidos pelo presente seguro, limitados, porém, ao limite máximo de indenização da cobertura afetada pelo sinistro, quando não contratada cobertura específica.

5.3.6. O prejuízo total relativo a qualquer sinistro amparado por cobertura de responsabilidade civil, cuja indenização esteja sujeita às disposições deste contrato, será constituído pela soma das seguintes parcelas:

5.3.6.1. Despesas comprovadamente efetuadas pelo segurado durante e/ou após a ocorrência de danos a terceiros, com o objetivo de reduzir sua responsabilidade;

5.3.6.2. Valores das reparações estabelecidas em sentença judicial transitada em julgado e/ou por acordo entre as partes, nesta última hipótese com a anuência expressa das sociedades seguradoras envolvidas.

5.3.7. De maneira análoga, o prejuízo total relativo a qualquer sinistro amparado pelas demais coberturas será constituído pela soma das seguintes parcelas:

5.3.7.1. Despesas de salvamento comprovadamente efetuadas pelo segurado durante e/ou após a ocorrência do sinistro;

5.3.7.2. Valor referente aos danos materiais, comprovadamente, causados pelo segurado e/ou por terceiros na tentativa de minorar o dano ou salvar a coisa;

5.3.7.3. Danos sofridos pelos bens segurados.

5.3.8. **Do endosso**

5.3.8.1. A CONTRATANTE poderá solicitar alteração na apólice, cabendo à CONTRATADA endossá-la.

5.3.9. **Da vigência da apólice**

5.3.9.1. A vigência da apólice de seguro será de **20 (vinte) meses**, contados da data de sua emissão.

SERVIÇO CONTINUADO

5.4. Os serviços deverão ser prestados de forma contínua, visto que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

5.4.1. A presente contratação deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade:

5.4.1.1. De acordo com o Guia de Compras Públicas Sustentáveis da Fundação Getúlio Vargas, “Licitação Sustentável é uma solução para integrar considerações ambientais e sociais em todos os estágios do processo de compra e contratação dos agentes públicos (governos) com objetivo de reduzir impactos à saúde humana, ao meio ambiente e aos direitos humanos”.

5.4.1.2. Desta forma, a contratação de seguradora para oferta de seguro patrimonial, objeto da licitação, deverá observar as melhores práticas no tocante à sustentabilidade.

DURAÇÃO INICIAL DO CONTRATO

5.4.2. A duração inicial do presente contrato é de 20 (vinte) meses.

5.5. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante **poderá** realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 às 17 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelos telefones/e-mails (85) 3304-3221/3226 ou administracao.financeiras.ce@anatel.gov.br, para o Item 1 (GR09-CE), e (84) 4009-1501 ou livio@anatel.gov.br, para o Item 2 (UO09.1-RN).

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5. O licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, por meio de declaração formal de não realização de vistoria, conforme modelo do Anexo V do Edital.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução dos serviços deverá ser iniciada na data da assinatura do Contrato, na forma que segue:

7.1.1. Será realizada reunião no início da execução dos serviços, a qual fará os esclarecimentos necessários para o início da execução contratual.

7.1.2. Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade competente do Setor de Licitações, o prazo inicial da prestação de serviços ou das suas etapas poderá sofrer alterações, desde que requerido pela contratada antes da data prevista para o início dos serviços, cumpridas as formalidades exigidas pela legislação.

7.1.3. Na análise do pedido a Administração deverá observar se o seu acolhimento não viola as regras do ato convocatório, a isonomia, o interesse público ou qualidade da execução do objeto, devendo ficar registrado que os pagamentos serão realizados em conformidade com a efetiva prestação dos serviços.

7.1.4. **Os serviços serão executados nos seguintes endereços:**

7.1.4.1. **Item 1 - Gerência Regional da Anatel no Estado do Ceará (GR09): Av. Senador Virgílio Távora, 2.500, Dionísio Torres, Fortaleza-CE;**

7.1.4.2. **Item 2 - Unidade Operacional da Anatel no Estado do Rio Grande do Norte (UO09.1): Av. Rodrigues Alves, 1.187, Tirol, Natal-RN.**

CONTRATAÇÃO SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

7.2. A presente contratação não prevê a participação de empresas reunidas em consórcio, pois o objeto não demanda aglutinação de competências conexas que apresentem suas especificidades, o que justificaria a união de empresas. Similarmente, o objeto licitado não envolve questão de alta complexidade técnica nem apresenta grande vulto financeiro.

7.3. Dada a transitoriedade peculiar ao consórcio, este mostra-se mais apropriado para consecução de objeto certo e determinado no tempo, a exemplo de obras, diversamente do que ocorre no caso concreto, em que se busca a contratação de serviços comuns e rotineiros às atividades do órgão.

7.4. Ademais, as empresas no mercado terão, sozinhas, condições de realizar o objeto da licitação e a formação de consórcio pode ensejar redução no caráter competitivo, pois facilitaria que empresas, que seriam naturalmente competidoras entre si, acordassem para participar da licitação.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

8.1. A apólice oferecida será avaliada, por intermédio do relatório de execução contratual, em consonância com os seguintes aspectos:

a) os resultados alcançados em relação à contratada, com a verificação dos prazos de execução;

b) o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

c) o pagamento será efetuado em uma única parcela. No caso de ocorrência de sinistro, será verificado junto à seguradora se o caso se enquadra em situação de pagamento prévio de franquia. Caso haja necessidade de franquia, deverá ser aberto processo próprio para empenho e pagamento do valor referente à franquia.

9. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

9.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

9.1.1. A contratada deverá oferecer apólice de seguro, com a cobertura dos bens elencados nas Tabelas Referenciais I e II, conforme Item 3, com limite máximo de garantia a ser contratado na forma de risco relativo.

9.1.2. As coberturas adicionais (danos elétricos e demais) deverão ser contratadas por risco absoluto (Tabela Referencial II).

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

- 10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI, Item 6, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017.
- 10.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 10.7. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 10.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 10.9. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 10.10. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666/1993.
- 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, na qualidade e quantidades especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.4. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.5. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.6. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 11.7. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 12. DA SUBCONTRATAÇÃO**
- 12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
- 13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**
- 13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.
- 14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**
- 14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993.
- 14.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 14.4. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto no art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993.
- 14.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 14.6. A gestão do Contrato será de responsabilidade da Coordenação de Administração e Finanças (GR09AF), para o Item 1, e Gerência da Unidade Operacional da Anatel no Estado do Rio Grande do Norte (UO09.1), para o Item 2, que serão responsáveis, em conformidade o Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, e com as regras definidas em portaria da Agência.
- 14.7. Cabe ao gestor e aos agentes fiscalizadores anotar no Relatório de Acompanhamento da Execução Contratual, disponível no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), todas as ocorrências verificadas durante a execução do contrato e determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, com fundamento na Portaria nº 2.105, de 18 de outubro de 2019 (SEI nº 4774155), c/c art. 67, §1º, da Lei nº 8.666/1993.
- 14.8. O(s) Relatório(s) de Acompanhamento da Execução Contratual deverá(ão) ser incluído(s) nos autos de "Gestão do Contrato: Acompanhamento da Execução", visando dar suporte ao Gestor quanto à execução do contrato, especialmente no momento do atesto da despesa e nas eventuais prorrogações contratuais.
- 14.9. Os referido(s) relatório(s) será(ão) elaborado(s) obrigatoriamente por ocasião do(s) pagamento(s), e sempre que a área gestora julgar necessário, devendo ser assinado(s) pelo(s) fiscal(is) do contrato e pelo preposto da empresa.
- 14.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 14.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 14.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 14.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 14.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 14.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 14.16. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 14.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.
- 15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**
- 15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 15.2. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

- 15.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização, após a entrega da documentação acima.
- 15.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 15.4.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 15.4.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 15.4.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 15.5. No prazo de até 10 (dez) dias corridos, a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 15.5.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 15.5.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.
- 15.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
- 15.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 16. DO PAGAMENTO**
- 16.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 16.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666/1993.
- 16.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
- 16.3. O documento de cobrança deverá ser peticionado diretamente pela CONTRATADA no Sistema Eletrônico de Informações (SEI).
- 16.3.1. Para que o peticionamento seja possível é impreterível que o representante da CONTRATADA possua cadastro de usuário externo no SEI, sendo de sua responsabilidade realizar o referido cadastro, conforme suas normas próprias, acessando a opção "Clique aqui se você ainda não está cadastrado" na página de Acesso Externo do link a seguir: <http://www.anatel.gov.br/seiusuarioexterno>
- 16.3.2. Caso o representante da CONTRATADA não tenha procedido o mencionado cadastro como usuário externo no referido sistema, não será possível a realização do atesto.
- 16.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666/1993.
- 16.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 16.5. O setor competente, para proceder o pagamento, deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 16.5.1. o prazo de validade;
- 16.5.2. a data da emissão;
- 16.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 16.5.4. o período de prestação dos serviços;
- 16.5.5. o valor a pagar; e
- 16.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 16.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 16.7. Nos termos do Anexo VIII-A, Item 1, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 16.7.1. não produziu os resultados acordados;
- 16.7.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida.
- 16.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 16.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 16.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 16.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 16.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 16.13. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 16.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 16.14.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 16.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no art. 31 da Lei nº 8.212/1993, nos termos do Anexo XI, Item 6, da Instrução Normativa SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 16.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
- EM = I x N x VP, sendo:
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)/365	I = (6 / 100)/365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
--------------	---------------------	--

16.17. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos e submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

16.18. A CONTRATADA tem direito ao pagamento de correção monetária incidente sobre os valores das parcelas pagas com atraso imputável, exclusivamente, à Administração Pública (art. 15 da Lei nº 10.192/2001, arts. 394, 395 e 397 do Código Civil e art. 54, caput, da Lei nº 8.666/1993).

17. REAJUSTE

17.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimativo da licitação.

17.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, acumulado em 12 (doze) meses que o precederem, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

18. GARANTIA DA EXECUÇÃO

18.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666/1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

18.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

18.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento);

18.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o art. 78, I e II, da Lei nº 8.666/1993.

18.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, conforme o Anexo VII-F, subitem 3.1, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017 e assegurará o pagamento de:

18.3.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

18.3.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

18.3.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

18.3.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

18.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

18.4.1. A apólice de seguro garantia somente será aceita após verificação no site da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

18.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

18.6. A carta fiança e fiança bancária somente poderão ser prestadas por instituição financeira devidamente autorizada pelo Banco Central, nos termos da Lei nº 4.595/1964 e da Resolução CMN nº 2325/1996.

18.6.1. Para fins de comprovação da cláusula supra será consultada certidão de autorização de funcionamento emitida eletronicamente pelo Banco Central do Brasil às instituições financeiras, a qual será aceita até 30 (trinta) dias após sua emissão;

18.6.2. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

18.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

18.8. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

18.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

18.10. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

18.11. Será considerada extinta a garantia:

18.11.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

18.11.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido no Anexo VII-F, subitem 3.1, alínea "h2", da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017.

18.12. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

18.13. A contratada autoriza a contratante a reter a garantia a qualquer tempo, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520/2002, a CONTRATADA que:

19.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

19.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

19.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

19.1.5. cometer fraude fiscal.

19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

19.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

19.2.2. **Multa de:**

19.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias.

- 19.2.2.2. 3% (três por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, limitado a 30 (trinta) dias;
- 19.2.2.3. 5% (cinco por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida. Após o trigésimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 19.2.2.4. 0,2% por dia sobre o valor adjudicado do contrato, conforme detalhamento constante das **Tabelas 1 e 2**, abaixo e, limitada a incidência a 15 (quinze) dias;
- 19.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor global do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 30 (trinta) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- 19.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;
- 19.2.2.7. há impossibilidade da soma dos percentuais previstos nos referidos subitens, por ferir o princípio do *non bis in idem*.
- 19.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- 19.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o conseqüente descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.
- 19.2.4.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar, prevista neste subitem, também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.
- 19.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 19.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 19.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as Tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	até 0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	até 0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	até 0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	até 1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	até 3,2% ao dia sobre o valor do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia	2
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência	2
6	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, de forma reiterada, após formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência	3
7	Indicar e manter, durante a execução do contrato, os prepostos previstos no edital/contrato	1

- 19.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV, da Lei nº 8.666/1993, as empresas ou profissionais que:
- 19.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 19.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 19.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 19.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993 e, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/1999.
- 19.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 19.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 19.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 19.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 19.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 19.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 19.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
20. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**
- 20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

- 20.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 20.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 20.3.1. Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional (SUSEP), em plena validade;
- 20.3.2. Os interessados deverão comprovar capacidade técnico-operacional por meio da apresentação de atestado(s) detalhado(s), em papel timbrado, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que explicita(m) incontestavelmente:
- a) Comprovação que já executou objeto compatível com o que está sendo licitado, **mediante a comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos**, contínuos ou não, na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados.
- 20.3.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.
- 20.3.4. O(s) atestado(s) de capacidade técnico-operacional deverá(ão) conter:
- a) Nome da empresa ou órgão que forneceu o atestado;
- b) Descrição detalhada do serviço prestado;
- c) Manifestação expressamente positiva acerca da qualidade dos serviços prestados pelo interessado; e
- d) Endereço e identificação completos do responsável pela emissão do atestado com nome, função e telefone para solicitação de informações adicionais.
- 20.3.5. Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- 20.3.6. A licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da licitante e local em que foram prestados os serviços.
- 20.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 20.4.1. Valores Globais Máximos:
- 20.4.1.1. **Item 1 (GR09): R\$ 6.266,79 (seis mil duzentos e sessenta e seis reais e setenta e nove centavos);**
- 20.4.1.2. **Item 2 (UO09.1): R\$ 2.177,77 (dois mil cento e setenta e sete reais e setenta e sete centavos).**
- 20.5. O critério de julgamento das propostas é o menor preço global por item.
- 20.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.
21. **DOS PREÇOS REFERENCIAIS**
- 21.1. Os preços máximos para contratação do serviço, para 20 (vinte) meses, são:
- 21.1.0.1. **Item 1 (GR09): R\$ 6.266,79 (seis mil duzentos e sessenta e seis reais e setenta e nove centavos);**
- 21.1.0.2. **Item 2 (UO09.1): R\$ 2.177,77 (dois mil cento e setenta e sete reais e setenta e sete centavos).**
- 21.2. O resumo do resultado da pesquisa de preços foi anexado sob o SEI 6447806. O detalhamento da pesquisa de preços, que demonstra como se chegou a estimativa do valor da prestação dos serviços encontra-se no Informe 3 (6447813).
22. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**
- 22.1. Segundo Manual Técnico de Orçamento da SOF (Secretaria de Orçamento Federal), a aquisição pretendida possui natureza de despesa de custeio.
- 22.2. As despesas decorrentes da aquisição do objeto desta contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, a cargo da Anatel, disponibilizados no Projeto/Atividade: 24.122.2106.20000001 e na seguinte Natureza de Despesa: 339039, IDs 34741 (Item 1) e 34742 (Item 2).
- 22.3. Cabe esclarecer que a ação que respalda a despesa fruto desta contratação se classifica como "Atividade". Isto porque, no caso da Anatel, as Ações podem ser classificadas em Projetos, Atividades ou Operações Especiais, sendo que, atualmente, a Anatel só possui Atividades e Operações Especiais.
- 22.4. Sempre que a vigência do Contrato ultrapassar a vigência dos respectivos créditos orçamentários, será providenciada dotação orçamentária própria para cobertura do período subsequente.

O presente documento segue assinado pela autoridade Requisitante e pela autoridade responsável pela Aprovação da conveniência e oportunidade, com fulcro no Decreto nº 10.024/2019 e Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Bueno de Lima, Pregoeiro(a)**, em 31/05/2021, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **6931347** e o código CRC **72A4A945**.